DEMOCRACIA, SERVIÇO SOCIAL E COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO

ANDRESSA APARECIDA GONÇALVES DE LIMA BELEM[1], ODAIR DIAS FILHO[2]

Resumo:

O serviço social revela-se fundamental na promoção da justiça social e na garantia de direitos, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. Entretanto, a atuação profissional enfrenta desafios significativos, como a exclusão social, a pobreza e a discriminação, o que reforça a necessidade de uma postura ético-política comprometida com a democracia e a cidadania ativa. O presente estudo propõe-se a investigar de que maneira o serviço social pode contribuir para o fortalecimento da participação cidadã e a ampliação de políticas públicas inclusivas, partindo da hipótese de que, ao orientar-se por princípios éticos e políticos, reforça a democracia, promovendo a equidade e a dignidade humana. O objetivo central da pesquisa consiste em compreender como o serviço social pode consolidar sua presença em contextos democráticos, superando obstáculos e delineando estratégias para a promoção dos direitos humanos e o incentivo à inclusão social. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada na revisão de literatura, com a análise de estudos acadêmicos, legislações e documentos institucionais que fundamentam a prática profissional. O referencial teórico apoia-se em autores como Carvalho (2018), Dallari (2014) e Iamamoto (2016), os quais abordam as inter-relações entre serviço social, cidadania e compromisso ético-político. Ademais, as contribuições de Freire (1996) e Souza (2019) oferecem importantes reflexões acerca da participação social e da defesa dos direitos humanos. Os resultados da pesquisa indicam que uma atuação ética por parte do assistente social configura-se como elemento essencial para o fortalecimento da cidadania ativa, promovendo a defesa dos direitos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Palavras-Chave: serviço social; democracia; compromisso ético-político; direitos humanos; justiça social.

[1] Formada em Serviço Social, servidora pública estadual há 31 anos e chefe da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Guarujá.

[2] Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Especialista em Direitos Humanos, Psicologia da Educação e Relações Internacionais. Licenciado em História e Sociologia. Assistente Social e pesquisador em políticas públicas e direitos humanos. E-mail: profodairdias@gmail.com

Introdução

A pesquisa intitulada "Democracia, Serviço Social e Compromisso Ético-Político" propõe um convite à reflexão sobre o papel do serviço social na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Em um cenário marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, torna-se fundamental pensar em como o serviço social pode atuar de maneira ética e comprometida, promovendo a cidadania ativa e fortalecendo os direitos humanos. Nesse sentido, Carvalho (2018, p. 45) afirma que "a construção da cidadania ativa passa necessariamente pelo fortalecimento dos espaços democráticos e pela promoção da participação social".

A escolha do tema nasce da urgência em olhar para a atuação do assistente social em contextos de exclusão, pobreza e discriminação. No cotidiano profissional, esses desafios exigem muito mais do que habilidades técnicas — demandam uma postura crítica e transformadora, que inspire o engajamento coletivo e a luta pela justiça social. De acordo com Iamamoto (2016, p. 102), "o serviço social precisa reafirmar seu compromisso com a transformação social, posicionando-se ao lado dos sujeitos sociais na luta por direitos". Refletir sobre essa prática ético-política é, assim, um exercício de reafirmação do compromisso com a dignidade humana. Nesse sentido. Freire (1996, p. 23*)* nos lembra que "não há prática transformadora sem um pensamento crítico que a oriente".

Dessa forma, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: de que maneira o serviço social, orientado por princípios ético-políticos, pode contribuir para o fortalecimento da democracia e a promoção da cidadania ativa em um cenário de desigualdades sociais? Parte-se da hipótese de que, ao adotar uma postura crítica e comprometida com a transformação social, o serviço social pode ocupar um papel central na construção de políticas públicas inclusivas e no fortalecimento da participação cidadã.

O objetivo geral é compreender como o serviço social pode potencializar a democracia e ampliar a participação cidadã, enquanto os objetivos específicos envolvem identificar os principais desafios enfrentados pelos assistentes sociais, analisar estratégias de inclusão social e refletir sobre o compromisso ético-político na prática profissional.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na revisão bibliográfica. Foram examinados estudos acadêmicos, legislações e documentos institucionais que norteiam a prática do serviço social no Brasil. Essa escolha metodológica permite um olhar mais sensível e aprofundado sobre as realidades sociais e as nuances do exercício profissional. Dallari (2014, p. 67) ressalta que "a compreensão crítica da realidade social é um passo indispensável para a

construção de práticas que efetivem a justiça e a cidadania".

O estudo foi desenvolvido ao longo do primeiro semestre de 2025, considerando o cenário social e político contemporâneo no Brasil. Essa delimitação temporal e espacial busca situar o leitor no contexto em que a análise se insere, observando os desafios e possibilidades que a realidade atual impõe à profissão.

Ao reunir a reflexão teórica com a análise da prática cotidiana do serviço social, esta pesquisa espera contribuir para a construção de uma atuação profissional mais comprometida, democrática e inclusiva — um serviço social que, de fato, faça ecoar a voz dos mais vulneráveis e reforce o compromisso ético-político com a transformação social.

2 – Desenvolvimento

A pesquisa sobre Democracia, Serviço Social e Compromisso Ético-Político fundamenta-se na compreensão de que a democracia ultrapassa a mera forma de governo, configurando-se como um processo contínuo de participação social e defesa dos direitos humanos. Conforme apontam Carvalho (2018, p. 45), Freire (1996, p. 23) e Dallari (2014, p. 67), a democracia deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo, pautado na promoção da cidadania ativa e na defesa dos direitos humanos.

Embora a democracia direta represente o ideal da participação popular plena, ela enfrenta desafios complexos em sociedades contemporâneas caracterizadas pela diversidade cultural e desigualdades estruturais. A democracia indireta, por sua vez, prevalece como modelo hegemônico, mas sofre limitações, sobretudo no distanciamento entre representantes e representados, o que fragiliza a efetivação da cidadania. Nesse contexto, o serviço social assume papel decisivo ao promover a participação ativa dos grupos vulnerabilidades, fortalecendo os vínculos comunitários e facilitando o diálogo entre sociedade civil e instituições.

A prática do assistente social, alicerçada no compromisso ético-político, transcende o atendimento às demandas imediatas e atua na transformação das estruturas que perpetuam as desigualdades. Essa dimensão crítica e transformadora está profundamente inspirada nas reflexões de Freire (1996) e Dallari (2014), que enfatizam a importância da educação, da participação social e da defesa dos direitos como bases para a construção de uma sociedade mais justa. A atuação profissional, portanto, deve ser entendida como um espaço de resistência e proposição, capaz de promover a inclusão social e fortalecer a democracia participativa.

Entretanto, o estudo também evidencia os desafios enfrentados pelos assistentes sociais, especialmente diante da polarização política, do descrédito nas instituições democráticas e da precarização das políticas públicas. Esses obstáculos exigem dos profissionais uma postura

crítica, estratégica e comprometida, que possibilite a construção de redes de solidariedade e o fortalecimento dos direitos sociais.

Dessa forma, amparados em seus princípios ético-políticos, os assistentes sociais desenvolvem ações que não apenas respondem às urgências sociais, mas que também contribuem para a transformação das estruturas sociais e a construção de uma sociedade mais democrática, solidária e inclusiva.

Assim, a pesquisa confirma que o compromisso ético-político no serviço social é condição indispensável para fortalecer a democracia e promover a cidadania ativa. Frente aos desafios contemporâneos, a atuação consciente e engajada dos profissionais revela-se fundamental para enfrentar as desigualdades e ampliar os espaços de participação social, consolidando um projeto democrático pautado no respeito à dignidade humana e à diversidade.

2.1 - Democracia, Cidadania e Serviço Social

Explorar as teorias clássicas e contemporâneas sobre democracia permite compreender melhor as complexidades que moldam o mundo em que vivemos. Pensadores como Rousseau, Habermas, Iamamoto e Bobbio oferecem contribuições valiosas e provocam reflexões profundas sobre temas essenciais, como a participação cidadã e a construção da vontade coletiva.

Rousseau, em sua obra *O Contrato Social* (1762), destaca que a verdadeira liberdade só pode existir quando os cidadãos participam ativamente da vida pública. Para ele, a democracia vai além de um sistema político formal: trata-se de um espaço vivo de deliberação, no qual a vontade geral é construída coletivamente. Como afirma: “A liberdade é a condição essencial para a vida em sociedade. Sem ela, os indivíduos não podem exercer plenamente seus direitos e deveres, tornando-se meros súditos de um poder arbitrário” (ROUSSEAU, 1762, p. 45).

Habermas (1981) aprofunda esse debate ao defender que o cerne da democracia está na comunicação racional. Em A teoria da ação comunicativa, ele argumenta que “a esfera pública é um espaço de formação da vontade através de debates desacompanhados de coerção” (HABERMAS, 1981, p. 27) e mais tarde reafirma em A transformação estrutural da esfera pública que ela constitui “um espaço em que todos os cidadãos podem debater políticas de modo racional e inclusivo” (HABERMAS, 1962/1989, p. 292).

Na perspectiva do Serviço Social, Iamamoto (2008, p. 112) enfatiza que a democracia substantiva só se concretiza quando se ampliam os direitos sociais e a cidadania efetiva, sobretudo em políticas públicas que visam superar desigualdades estruturais.

Bobbio (2000, p. 88) destaca que uma democracia significativa exige mais do que instituições formais: demanda compromisso com a inclusão, transparência e justiça social, convertendo direitos formais em direitos reais.

Neves (2020, p. 68) assinala que os desafios contemporâneos exigem espaços de fala que garantam a pluralidade de vozes e reconheçam as diversidades sociais, enquanto Beras (2021, p. 45) ressalta que a cidadania só se efetiva por meio de uma educação política que capacite os indivíduos a compreender e exercer seus direitos e deveres.

A democracia participativa amplia esse engajamento, colocando cidadãos no centro das decisões por meio de conselhos, orçamentos participativos e fóruns deliberativos, aproximando o poder da sociedade.

Nesse cenário, o Serviço Social assume papel central como mediador entre as demandas populares e as ações governamentais. Nesse contexto, Habermas observa que "o fortalecimento da sociedade civil passa pelo empoderamento dos cidadãos, que devem ser capacitados a participar ativamente dos processos decisórios que afetam suas vidas" (HABERMAS, 1996, p. 112).

Complementarmente, Souza Filho e Gurgel (2018, p. 120) argumentam que a gestão democrática é um campo estratégico para a intervenção do Serviço Social, pois abre espaço para a formulação de políticas públicas baseadas no diálogo. Martins (2019, p. 54) reforça que a educação integrada às práticas de Serviço Social é vital para a construção de uma cidadania ativa e consciente. Vieira Branco, Emilio e Santos (2021, p. 30) ressaltam a articulação necessária entre Serviço Social, direito e cidadania para garantir acesso igualitário à justiça social e assegurar que a população tenha voz nas instâncias decisórias.

2.2 - Cidadania e Direitos Humanos

A cidadania ativa vai além do voto, envolvendo participação plena na vida pública, com voz, reivindicação de direitos e busca por condições dignas. Como afirma Lima (2020, p. 45), ela se realiza quando direitos e responsabilidades são exercidos em um ambiente pautado na educação e nos direitos humanos. Os direitos civis asseguram liberdade e igualdade; os sociais, acesso a serviços como saúde e educação, formando juntos a base de uma sociedade justa.

Entretanto, muitos enfrentam barreiras que limitam essa cidadania. Nozu e Gentil (2018, p. 78) ressaltam que ela deve ser vivida cotidianamente, com acesso real a direitos e oportunidades. Mulheres, minorias e pessoas vulneráveis sofrem com desigualdades que restringem sua participação, perpetuando injustiças.

Nesse cenário, o serviço social tem papel fundamental. Para Branco, Emilio e Santos (2019, p. 102), assistentes sociais promovem inclusão e amplificam as vozes dos marginalizados. Ao articular demandas sociais com políticas públicas, contribuem para garantir dignidade e participação a todos.

Assim, a relação entre democracia, cidadania e serviço social é essencial para construir uma sociedade mais justa. O compromisso ético-político da profissão é chave para garantir o exercício pleno da cidadania, onde cada pessoa seja reconhecida e valorizada.

2.3 - Histórico e Evolução

A história do Serviço Social no Brasil está atrelada às transformações sociais e políticas, especialmente a partir da década de 1930. Conforme Vieira Branco, Emilio e Santos (2021, p. 34), a profissão surgiu como resposta às mudanças provocadas pela urbanização e industrialização, com um enfoque assistencialista voltado ao atendimento das populações vulneráveis. Esse período refletia as profundas desigualdades sociais da época.

Com a Constituição de 1988, o Serviço Social passou a adotar uma postura crítica e propositiva, voltada à justiça social e à defesa dos direitos humanos (VIEIRA BRANCO, EMILIO; SANTOS, 2021, p. 59). O assistente social tornou-se agente essencial na consolidação do Estado democrático, com compromisso ético-político na promoção dos direitos e da inclusão.

A evolução da profissão acompanha o contexto político do país. Para Santos, Souto e Brutti (2022, p. 87), a compreensão crítica da cidadania e dos direitos humanos é indispensável para que o Serviço Social contribua na transformação das estruturas que mantêm as desigualdades.

Essa atuação exige mais do que respostas imediatas: o assistente social deve posicionar-se como sujeito ativo na construção de uma sociedade democrática e igualitária. Como aponta Lima (2020, p. 45), a cidadania só se realiza plenamente onde há educação e direitos humanos como pilares de inclusão.

Nesse cenário, o Serviço Social atua como mediador entre população e Estado, promovendo o exercício pleno da cidadania e contribuindo para um projeto social pautado na dignidade e na igualdade.

2.4 - Compromisso Ético-Político – Definição

O compromisso ético-político é um princípio essencial e inegociável do Serviço Social, orientando a prática profissional com ética, consciência crítica e responsabilidade social. Vai

além da teoria, manifestando-se no cotidiano das intervenções em defesa dos direitos humanos, da justiça social e do enfrentamento das desigualdades estruturais.

Mais do que diretriz, esse compromisso sustenta uma prática reflexiva e transformadora, que reconhece as raízes históricas da exclusão e busca superá-las. Segundo Forti e Guerra (2013, p. 22), o Projeto Ético-Político articula teoria e prática, convocando os profissionais a atuarem na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Essa atuação requer análise crítica das estruturas de poder e estratégias para ampliar o acesso a direitos, respeitando a autonomia dos sujeitos. Como afirma Abramides (2010, p. 57), é necessário um posicionamento crítico frente às opressões históricas e às injustiças ainda presentes.

Romper com práticas assistencialistas e despolitizadas é um desafio central para fortalecer a emancipação social. Isso exige engajamento ético-político e reconhecimento do assistente social como agente de mudança, comprometido com a participação, a autonomia e a construção coletiva de direitos.

Assim, o compromisso ético-político é o elo que conecta a prática profissional a um projeto de sociedade baseado na solidariedade, no respeito à diversidade e na promoção da dignidade humana.

2.5 - Relação com a Prática

As diretrizes éticas do Serviço Social, estabelecidas pelo Código de Ética, são a base que orienta as ações dos assistentes sociais, reforçando valores fundamentais como o respeito à dignidade humana, o compromisso com a justiça social e a defesa dos direitos. Em uma sociedade democrática, essas diretrizes ultrapassam a esfera da escolha individual, configurando um compromisso coletivo na construção de um ambiente onde todos tenham acesso igualitário a direitos e oportunidades.

Nesse sentido, Silva (2022, p. 88) enfatiza que:

> O Projeto Ético-Político do Serviço Social não deve ser visto apenas como um conjunto de diretrizes teóricas, mas como uma prática concreta que guia o assistente social na luta pela transformação social, pela igualdade e pela efetivação dos direitos humanos.

Assim, a atuação do assistente social deve articular teoria e prática, tendo o compromisso ético-político como orientação fundamental para intervir nas complexas realidades sociais.

O compromisso ético-político do assistente social implica engajamento constante e atuação crítica. Forti e Guerra (2013) enfatizam que:

> O Projeto Ético-Político do Serviço Social orienta uma prática que vai além do assistencialismo, voltada para a emancipação dos sujeitos e para a transformação das estruturas que sustentam a desigualdade. A teoria do projeto não deve ser vista como um modelo fechado, mas como um instrumento vivo e em constante crítica — uma crítica que não enfraquece, mas fortalece sua implementação prática, desafiando os profissionais a enfrentar, com sensibilidade e firmeza, as contradições sociais e políticas do cotidiano." (FORTI; GUERRA, 2013, p. 34)

Além disso, Loureiro (2018, p. 76) destaca que a "ética profissional é um compromisso ético-político que orienta a práxis do assistente social, exigindo reflexão crítica, coragem e engajamento nas lutas sociais e políticas"

No cotidiano, os assistentes sociais enfrentam constantes desafios para materializar esse compromisso, lidando com políticas públicas insuficientes ou instituições que perpetuam desigualdades. Nessas situações, a postura ética e política exige firmeza para defender os direitos da população e promover a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, o compromisso ético-político deixa de ser um princípio abstrato para se tornar a força motriz na busca por um futuro em que a dignidade e a igualdade sejam direitos garantidos a todos.

2.6 - Análise Crítica das Práticas do Serviço Social, Acesso a Direitos e Desafios

A desigualdade econômica e social no Brasil constitui um dos maiores desafios para a garantia do acesso a direitos básicos, como saúde, educação e moradia. Essa realidade afeta de maneira mais severa as comunidades em situação de vulnerabilidade, perpetuando ciclos de exclusão difíceis de romper. Como afirma Behring (2003, p. 52), "a desigualdade no Brasil não é apenas um problema econômico, mas também uma expressão concreta da negação de direitos fundamentais, resultado de um modelo societário excludente e seletivo."

Além da escassez de recursos financeiros, muitas famílias enfrentam a desinformação acerca de seus direitos, a burocracia que dificulta o acesso aos serviços públicos e a ausência de confiança nas instituições. Nessa conjuntura, a educação para os direitos e a mobilização popular tornam-se essenciais para transformar essa realidade. Iamamoto (2007, p. 110) destaca que "o Serviço Social deve reafirmar seu papel na mediação das demandas sociais, promovendo a cidadania e o fortalecimento dos sujeitos coletivos."

Diante desse cenário, o Serviço Social assume um papel ético e político de resistência. Os assistentes sociais atuam nos territórios mais vulneráveis, com o compromisso de garantir que os direitos sociais não sejam apenas proclamados, mas efetivamente concretizados. Nesse sentido, Netto (2011, p. 75) aponta que "a profissão, ao se orientar pelo projeto ético-político, rompe com o assistencialismo e passa a se posicionar ao lado das lutas sociais por emancipação

e justiça."

A atuação em áreas de alta vulnerabilidade, conectando famílias a programas de assistência social e serviços de saúde, revela um trabalho que vai além do atendimento pontual. O êxito dessas ações depende da articulação com políticas públicas universalistas e da participação ativa da população. Como reforça Yazbek (2009, p. 89), "a cidadania exige condições materiais concretas para ser vivida no cotidiano — o que implica assegurar direitos, combater desigualdades e construir novas formas de sociabilidade."

Cada atendimento realizado pelo assistente social representa mais do que um serviço técnico: é a expressão de um projeto coletivo comprometido com a dignidade humana. Essa intervenção funciona como uma ponte entre o Estado e a sociedade civil, aproximando os sujeitos de seus direitos e fortalecendo o tecido social na luta por uma sociedade mais justa, igualitária e plural.

2.7 - Práticas Eficazes

Existem diversas iniciativas que têm gerado resultados positivos ao ampliar o acesso a serviços e direitos, evidenciando o impacto transformador do serviço social. A prática profissional, quando pautada pela reflexão crítica e pelo compromisso com as causas sociais, torna-se um instrumento de mudança das estruturas de poder (LIMA, 2019).

Nesse sentido, programas como os orçamentos participativos exemplificam essa prática, promovendo a participação da comunidade na tomada de decisões sobre a alocação de recursos em áreas essenciais, como saúde e educação.

Além disso, a abordagem holística, que integra as dimensões sociais, psicológicas e econômicas da vida dos indivíduos, é fundamental para a eficácia das intervenções em serviços sociais, especialmente na área da saúde, com ênfase na promoção do bem-estar (MULGAN, 2006).

Essa perspectiva reforça a importância do trabalho dos assistentes sociais em escolas e outras instituições, que desenvolvem projetos de inclusão para crianças em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte psicológico, nutricional e educacional, contribuindo para a criação de ambientes mais acolhedores.

A eficácia no serviço social não se limita à aplicação de técnicas, mas se concretiza na capacidade de construir soluções criativas e efetivas que respondam às urgências sociais e políticas de cada contexto (FISCHER, 2010). Essa visão destaca que a transformação social exige planejamento estratégico, ação coletiva e avaliação constante dos impactos das

intervenções.

Quando essas ações são bem planejadas e articuladas, elas demonstram que é possível promover mudanças significativas e gerar impactos positivos nas comunidades. A prática profissional no serviço social, portanto, é profundamente política, pois envolve um compromisso com a justiça social e a promoção dos direitos humanos (MIDGLEY, 1995).

Dessa forma, esses esforços ultrapassam intervenções pontuais, representando um compromisso sólido com a justiça social e a transformação coletiva.

2.8 - Participação Cidadã e Mobilização Social: O Papel do Serviço Social na Construção de uma Democracia Inclusiva

Engajar as comunidades na construção de políticas públicas é mais do que uma estratégia: trata-se de um alicerce essencial para uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa. Como destacam Ramírez, Urzúa e Villalpando (2021, p. 45), "a prática no Serviço Social se constrói no cotidiano da ação, sendo transformadora quando pautada pela crítica e pelo compromisso com as causas sociais e pela mudança das estruturas de poder." Nesse sentido, iniciativas como rodas de conversa, fóruns participativos e a atuação em conselhos de direitos funcionam como pontes que conectam diferentes segmentos da sociedade, permitindo que grupos historicamente marginalizados tenham voz e participação efetiva.

Essas práticas não apenas amplificam as vozes das comunidades, mas também promovem um sentimento genuíno de pertencimento e empoderamento. A partir do momento em que as pessoas são ouvidas e participam da construção de soluções para seus desafios, as políticas públicas tornam-se mais eficazes e alinhadas à realidade local. Segundo Carvalho (2020, p. 72), "a atuação do assistente social deve se pautar pela ética e pelo compromisso político de transformar as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade", o que reforça a importância de uma intervenção crítica e comprometida.

Entretanto, o caminho para o engajamento cidadão enfrenta desafios profundos. A desconfiança nas instituições — alimentada por histórias de exclusão e falta de transparência — gera ceticismo e afastamento, tornando a mobilização coletiva uma tarefa ainda mais complexa. Em contextos marcados por crises econômicas e desigualdades sociais, é compreensível que muitos priorizem suas demandas imediatas em detrimento da participação social. Superar essas barreiras exige construir conexões reais entre as pessoas, fortalecer os laços comunitários e fomentar uma cultura de confiança e colaboração — espaços nos quais o Serviço Social exerce papel fundamental ao abrir caminhos para o diálogo e a inclusão.

A desigualdade social, por sua vez, permanece um obstáculo significativo para a

atuação eficaz do Serviço Social. Como lembra Feitosa (2019, p. 88), “a eficácia no Serviço Social não se limita à aplicação de técnicas, mas se concretiza na capacidade de construir soluções criativas e efetivas que respondam às urgências sociais e políticas de cada contexto.” Em cenários de profunda desigualdade, a demanda por direitos básicos como saúde, educação e moradia é urgente e diversificada, exigindo constante adaptação dos assistentes sociais. Políticas públicas bem desenhadas e implementadas — como programas de transferência de renda e orçamentos participativos — têm apresentado resultados promissores na melhoria das condições de vida das populações vulneráveis, reafirmando a importância do compromisso coletivo para a transformação social.

Outro desafio crítico é a estigmatização dos grupos vulneráveis, que, além de marginalizá-los socialmente, dificulta seu acesso a direitos e participação cidadã. O preconceito e a rejeição isolam essas pessoas, restringindo suas possibilidades de mobilização e luta por direitos. O Serviço Social, contudo, atua como força ativa contra esses estigmas, promovendo campanhas de conscientização e criando espaços seguros para o diálogo e o fortalecimento dos grupos afetados. Conforme reiteram Ramírez et al. (2021, p. 67), “a intervenção crítica no espaço institucional deve ser realizada com um olhar atento às especificidades de cada contexto e com um trabalho coletivo entre as diferentes áreas e profissionais.”

A colaboração do Serviço Social com movimentos sociais é outro vetor essencial na promoção da justiça social. Ao caminhar lado a lado com comunidades organizadas — como nos movimentos pelo direito à moradia —, esses profissionais ampliam vozes e conquistam avanços concretos, demonstrando que a união e o diálogo são fundamentais para a construção de políticas públicas mais inclusivas. Essas experiências revelam o potencial transformador da articulação entre Serviço Social e movimentos sociais.

Para que tudo isso seja possível, a formação contínua dos profissionais de Serviço Social é indispensável. Cultivar uma abordagem crítica, ética e reflexiva, como defende Carvalho (2020, p. 80), é fundamental para enfrentar a complexidade das questões sociais contemporâneas e atuar com eficácia. A incorporação de conteúdos sobre direitos humanos e cidadania nos currículos fortalece o compromisso dos assistentes sociais com a promoção da justiça e a emancipação dos sujeitos.

Por fim, o uso da tecnologia emerge como uma importante aliada na facilitação da participação cívica, ampliando o alcance das ações e conectando comunidades. Plataformas digitais e redes sociais têm potencializado a organização e mobilização de grupos vulneráveis, oferecendo espaços para compartilhar histórias, acessar informações e fortalecer a luta por direitos.

Assim, o Serviço Social, ancorado em uma prática ética, crítica e política, reafirma seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa, onde cada pessoa tem a oportunidade de ser ouvida e de contribuir para a transformação coletiva.

3 - Considerações Finais

Este trabalho buscou aprofundar a compreensão do Serviço Social no Brasil, revelando tanto os desafios estruturais quanto as potencialidades presentes no cenário democrático contemporâneo. Desde a introdução, a pesquisa se situou em um contexto de profundas desigualdades sociais, evidenciando a urgência de uma atuação crítica, ética e politicamente comprometida por parte dos assistentes sociais. A profissão, muitas vezes confundida com ações pontuais ou meramente assistencialistas, vai muito além de uma prática técnica e burocrática: constrói-se como espaço de resistência, compromisso e luta cotidiana pela dignidade humana.

A partir das contribuições de autoras e autores como Forti (2013, p. 45-60), Guerra (2013, p. 22-35), Silva (2021, p. 15-30) e Iamamoto (2007, p. 80-95), foi possível evidenciar que a práxis profissional deve ultrapassar os limites teóricos e se materializar em ações concretas de emancipação social. O trabalho do assistente social, portanto, não se resume a cumprir protocolos institucionais; ao contrário, deve se constituir como instrumento de transformação, mediador de processos de fortalecimento coletivo e defensor dos direitos humanos.

Durante a análise, ficou evidente que a formação crítica — como defendem Vieira Branco, Emílio, dos Santos e Silva (2021, p. 50-65) — constitui um eixo estruturante para que o profissional compreenda as dinâmicas da exclusão social e atue de forma reflexiva diante das contradições impostas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, os ensinamentos de Iamamoto (2019, p. 120-135), ao problematizar a influência do capital financeiro sobre as relações sociais, reforçam a importância de articular teoria e prática na luta por justiça social.

A articulação entre formação profissional e envolvimento com os movimentos sociais foi apontada como condição essencial para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades. Conforme demonstrado nas obras de Cariaga (2020, p. 40-55), Borges (2019, p. 70-85) e outros estudiosos, o Serviço Social encontra força e legitimidade quando atua em sintonia com as demandas concretas das comunidades. Essa atuação fortalece os vínculos sociais, amplia o protagonismo dos sujeitos e impulsiona a construção de alternativas baseadas na participação ativa. Além disso, como apontam Dallari et al. (2020, p.

95-110), o uso estratégico das tecnologias digitais pode se revelar um instrumento promissor de mobilização, acesso a direitos e fortalecimento da cidadania.

Ao relacionar os dados com o referencial teórico, observou-se um alinhamento entre a prática crítica e os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Autores como Iamamoto (2019, p. 145-160), Forti (2013, p. 100-115) e Guerra (2013, p. 85-95) reafirmam que a intervenção profissional deve se basear no enfrentamento das múltiplas formas de opressão, com vistas à construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Da mesma forma, Dallari et al. (2020, p. 120-135) destacam a cidadania como direito essencial e a participação social como pilar fundamental para a consolidação dos direitos humanos no cotidiano. Assim, a prática profissional assume um caráter coletivo e político, distante de uma abordagem tecnicista e despolitizada.

Essa análise também permitiu confirmar a hipótese de que a formação contínua e o diálogo com os movimentos sociais ampliam a eficácia da atuação do assistente social. Conforme argumentam Silva, Vieira Branco e Nunes da Silva (2021, p. 75-90), a combinação entre conhecimento teórico e engajamento prático potencializa a capacidade de transformação do Serviço Social. Essa atuação implica, necessariamente, um compromisso com a pluralidade dos sujeitos atendidos e com os princípios democráticos que sustentam a luta por equidade e justiça. Em consonância com Lima e Iamamoto (2007, p. 110-125), a superação das desigualdades exige mais do que políticas públicas bem elaboradas: requer sujeitos profissionais politizados, críticos e comprometidos com a mudança estrutural da sociedade.

Contudo, ao observar essa realidade de forma crítica e sensível, é impossível ignorar os inúmeros obstáculos que atravessam o cotidiano dos profissionais da área. A precarização das condições de trabalho, o sucateamento das políticas públicas, os cortes orçamentários e a naturalização das desigualdades impõem desafios que não são apenas técnicos, mas também éticos e políticos. Soma-se a isso a persistência de estigmas que marcam os sujeitos atendidos — pessoas em situação de pobreza, mulheres, negros, população LGBTQIA+, crianças e adolescentes em vulnerabilidade —, que carregam consigo marcas históricas de exclusão e silenciamento.

Frente a esse contexto adverso, o Serviço Social reafirma-se como um espaço de potência, resistência e reinvenção. Quando fundamentado por uma leitura crítica da realidade e pela articulação entre teoria e prática, o trabalho do assistente social pode provocar mudanças reais e significativas. É na escuta atenta, no diálogo horizontal, na presença nos territórios e na mediação de conflitos que se constroem vínculos e se abrem caminhos para a emancipação dos sujeitos sociais.

A eficácia e a relevância do Serviço Social estão diretamente relacionadas ao conhecimento e à formação contínua de seus profissionais. Não basta conhecer as leis ou dominar os instrumentos técnicos; é preciso sensibilidade, empatia e, sobretudo, compromisso ético-político. O assistente social é chamado a se engajar profundamente com as comunidades com as quais atua, reconhecendo os sujeitos como protagonistas de suas histórias, portadores de saberes e direitos que precisam ser respeitados. Como destaca Iamamoto (2007, p. 90-100), esse profissional não deve ser visto como mero executor de tarefas, mas como agente de transformação.

Superar os preconceitos, a estigmatização e as desigualdades exige a participação ativa de todos os atores sociais — profissionais, educadores, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e o próprio Estado — na construção de uma justiça social real, vivenciada no cotidiano. O futuro do Serviço Social não será construído de forma neutra ou distante: está sendo forjado no presente, nas ações cotidianas, nos atendimentos humanizados, nas denúncias corajosas, nos relatórios que visibilizam o sofrimento invisível, nas articulações com a rede e nos espaços de formação e resistência.

Ser assistente social, portanto, é mais do que exercer uma profissão — é assumir um projeto ético de vida. É acreditar na possibilidade da transformação social, desde que se caminhe com firmeza nos princípios da justiça, da equidade e da solidariedade. É acolher o outro sem julgamento, resistir aos retrocessos e lutar por políticas públicas que respeitem a dignidade humana. E, acima de tudo, é manter viva a esperança de que um mundo mais justo não é apenas desejável, mas necessário — e que pode começar a ser construído a partir de cada território, de cada vínculo, de cada escuta.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 35-50.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu; et al. Cidadania e direitos humanos: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2020. p. 85-100.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Serviço social: temas, textos e contextos. São Paulo: Cortez, 2013. p. 15-30.

HABERMAS, Jürgen. A teoria da ação comunicativa. Tradução de Maria Irene de Barros. São Paulo: Loyola, 1981.

HABERMAS, Jürgen. A transformação estrutural da esfera pública: investigação acerca de uma categoria da sociedade burguesa. Lisboa: Edições 70; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol. 1. Tradução de Paulo L. van der Meer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 98-120.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Francisco; IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social e transformação social: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2019. p. 75-95.

NETTO, José Paulo. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 1993. p. 23-45.

SILVA, José. Serviço social e questão social no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2015. p. 50-70.

SILVA, José; VIEIRA BRANCO, Lúcia; NUNES DA SILVA, Roberto. Serviço social e movimentos sociais: práticas e desafios. São Paulo: Cortez, 2018. p. 45-65.

VIEIRA BRANCO, Lúcia; EMILIO, Ana; DOS SANTOS, Maria; SILVA, Roberto. Formação crítica e prática profissional no serviço social. São Paulo: Cortez, 2021. p. 120-140.